



Breves Notas

GOIÂNIA,
JANEIRO DE 2004

Governo quer impor controle externo ao MP



Se depender da vontade do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e do presidente nacional do PT, José Genoino, o Congresso Nacional aprovará, na votação da reforma do Poder Judiciário, o controle externo para o Ministério Público. Posição nesse sentido foi defendida pelos dois. Os ataques de José Dirceu mereceram, de imediato, reação da Conamp, que emitiu nota oficial condenando a atividade do ministro.

Páginas 18 a 20

Conamp decide propor ao STF duas Adins contra reforma da Previdência

Páginas 12 e 13



Dia 31 tem Assembléia Geral de prestação de contas e posse da nova Diretoria da AGMP

Páginas 3 a 11

3ª Colônia de Férias foi marcada pelo sucesso e pela alegria da garotada

Página 17



AGENDAAGENDAAGENDAAGENDA



■ Congreso Internacional de Culturas e Sistemas Jurídicos Comparados

México, 9 a 14 de fevereiro de 2004

Promoção: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Unam

Informações:

telefone: (52) (55) 5622-7464.

E-mail: saiij@servidor.unam.mx.

Site: www.juridicas.unam.mx

■ Curso de Direito Tributário Aplicado

São Paulo, 2 de março a 27 de junho de 2004

Promoção: MP Treinamentos

Informações e inscrições:

telefone: (11) 5021-6524. **E-mail:**

cursos@mptrainamentos.com.br

■ 3º Curso de Pós-Graduação

Lato Sensu em Direito Público

Brasília, 8 de março de 2004

Promoção: Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP Ltda.)

Informações e inscrições:

telefone (61) 364-0011.

E-mail: mdp@mdp.org.br

■ Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais

Brasília, 29 de março a 1º de abril

Promoção: Tribunal Superior do Trabalho

Informações: (61) 314-4499. **E-mail:**

foruminternacional@tst.gov.br



■ 2º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental

São Paulo, 5 a 7 de maio de 2004

Organização: Bidding Consultoria e Treinamentos Ltda.

Informações e inscrições:

www.bidding.com.br



■ 4º Congresso Brasileiro de Direito do Estado

Salvador, 12 a 15 de maio

Promoção: Instituto de Direito Público

Informações e inscrições: (71)

270-5246. **Site:**

www.direitopublico.com.br/congresso.asp

■ 7º Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros

Rio de Janeiro, 9 a 12 de junho

Promoção: Associação de Estudos Brasileiros

Informações: [www.brasa.org/](http://www.brasa.org/congress/congress.htm)

E-mail:

brasa@unm.edu



NOSSA ASSOCIAÇÃO

Posse da nova Diretoria será dia 31, às 20h30

Será às 20h30 do dia 31 a posse da nova Diretoria da Associação Goiana do Ministério Público, que tem à frente o procurador de justiça Benedito Torres Neto. Logo depois da solenidade de posse, será oferecido coquetel-jantar para comemorar a posse da nova direção da AGMP.

Conforme Benedito Tor-

res, os dois pontos principais que nortearão a atuação da nova Diretoria são a modernização administrativa da AGMP e a luta pelos direitos dos associados, principalmente no que se refere às garantias e prerrogativas constitucionais. Logo depois da posse, segundo explicou, a Diretoria vai reunir-se para estabelecer o plano de trabalho para o próximo biênio.



OS NOVOS DIRIGENTES DA AGMP

Diretoria

Presidente: Benedito Torres Neto, procurador de justiça

1º Vice-Presidente:

Haroldo Caetano da Silva, promotor de justiça

2º Vice-Presidente: Aylton Flávio Vechi, procurador de justiça

1º Secretário: Fabiano de

Sousa Naves, promotor de justiça

2º Secretário: Alencar José Vital, promotor de justiça

1º Tesoureiro: Lauro Machado Nogueira, promotor de justiça

2º Tesoureiro: Cyro Terra Peres, promotor de justiça

Relações Públicas: Roberta

Pondé Amorim de Almeida, promotora de justiça

Conselho Fiscal

Titulares: Eliseu José Taveira Vieira, procurador de justiça; Cacildo Martins Ferreira, procurador de justiça aposentado; Marcelo Henrique dos

Santos, promotor de justiça

Suplentes: Lourdes Gonçalves Borges Taufick, procuradora de justiça aposentada; José Carlos Miranda Nery Júnior, promotor de justiça; Vagner Jerson Garcia, promotor de justiça

AGMP CONVOCA ASSEMBLÉIA GERAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Antes da posse da nova Diretoria da AGMP, os associados da Associação Goiana do Ministério Público têm um outro compromisso com sua entidade no dia 31: a Assembléia Geral Ordinária, convocada para as 9h30 em primeira convocação, no auditório. Na Assembléia, será discutida a prestação de contas da atual Diretoria, incluindo o Balanço Geral

de 2003 e o Relatório de Atividades.

Todos os detalhes relativos à prestação de contas estão publicados nas páginas 4 e 5 (Balancete de Verificação), 6 e 7 (Relatório Financeiro por Centro de Custo) e 8 a 11 (Relatório de Atividades). É importante e fundamental o comparecimento maciço dos associados na assembléia.



BALANCETE DE VERIFICAÇÃO - DEZEMBRO DE 2003

ATIVO				
Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
CAIXA				
CAIXA ADMINISTRATIVO	1.619,23 D	5.008,8	2.050,03	4.578D
CAIXA SOCIAL	1.343,23 D	2.650	2.871,44	1.121,79D
CAIXA SAMP	7,1 D	115,2	115,2	7,1D
Total do Grupo	2.969,56 D	7.774	5.036,67	5.706,89D

BANCOS CONTA DEPÓSITOS ASSOCIADOS

BANCO ITAÚ S/A – ADM.	8.861,56 D	595.675,13	573.475,1	31.061,59D
HSBC BANK BRASIL S/A – LUZIÂNIA	738,2 D	0	44,08	694,12D
HSBC BANK BRASIL S/A – CATALÃO	147,57 D	300	68,13	379,44D
BANCO ITAÚ S/A – CERES	239,92 D	300	43,92	496D
BANCO ITAÚ S/A – IPORÁ	204,84 D	300	0	504,84D
HSBC BANK BRASIL S/A – RIO VERDE	164,52 D	300	266,1	198,42D
BANCO ITAÚ S/A – GOIÁS	3.548,08 D	0	0	3.548,08D
HSBC BANK BRASIL S/A – ITUMBIARA	208,69 D	0	43,66	165,03D
HSBC BANK BRASIL S/A – ADMINIST.	127,79 D	316.861	234.174	82.814,79D
HSBC BANK BRASIL S/A – SAMP	18.933,69 D	160.832,42	21.601,82	158.164,29D
HSBC BANK BRASIL S/A – PECÚLIO	645,33 D	122.805,61	122.234,25	1.216,69D
BANKBOSTON – PECÚLIO	1.078,87 D	120.000	120.008,03	1.070,84D
Total do Grupo	34.899,06 D	1.317.374,2	107.1959,1	280.314,13D

APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA POUPANÇA

BANKBOSTON – PECÚLIO	371.706,43 D	2.541,83	120.000	254.248,26D
BANCO ITAÚ S.A. – PECÚLIO	2.143,61 D	0	2.143,61	0
BCO. ITAÚ S.A. – FUNDO DE RESERVA	111.116,37 D	2.838,79	569,9	113.385,26D
Total do Grupo	484.966,41 D	5.380,62	122.713,51	367.633,52D

APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA APLICAÇÃO

HSBC BANK BRASIL S/A – ADMINIST.	293.154,73 D	13.033,65	49.228,37	256.960,01D
BANCO ITAÚ S.A. – CERES	953,92 D	0	0	953,92D
HSBC BANK BRASIL S/A – PECÚLIO	525.355,58 D	122.000	0	647.355,58D
Total do Grupo	819.464,23 D	135.033,65	49.228,37	905.269,51D

DEVEDORES DIVERSOS

PECÚLIO A RECEBER	66.130,26 D	60.144,12	12.0659,5	5.614,88D
CONTRIB. A RECEBER – ADM.	14.5934,8 D	123.143,89	24.6848,8	22.229,89D
CONTRIB. A RECEBER – SAMP	81.392,54 D	71.598	14.2650,2	10.340,34D
OUTROS DEVEDORES	18.149,26 D	0	0	18.149,26D
UTI VIDA A RECEBER	2.820 D	2.790	5.574	36D
FUNDO DE RESERVA-SAMP/AGMP	2.166 D	0	0	2.166D
FATOR MODERADOR A RECEBER	12.105,08 D	9.856,6	181.78,52	3.783,16D
TAXA DE OCUPAÇÃO A RECEBER	1.785 D	885	2.670	0
DEB. EXERC. ANTER. A RECEBER	13.664,57 D	0	0	13.664,57D
CONSORCIO SAGA – ASSOCIADOS	27.234,35 D	26.646	53.880,35	0
LAR DE JESUS	2.059,06 D	2.059,06	4.118,12	0
Total do Grupo	373.440,92 D	297.122,67	594.579,49	75.984,1D

ADIANTAMENTOS DIVERSOS

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	900 D	135	1.035	0
Total do Grupo	900 D	135	1.035	0

IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS

TERRENOS	37.107,13 D	0	0	37.107,13D
EDIFICAÇÕES	575.151,17 D	0	0	575.151,17D
BENFEITÓRIAS	75.5796,2 D	0	0	75.5796,2D
(-) DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	203.784,51 C	0	4.436,49	208.221 C
Total do Grupo	11.64270 D	0	4.436,49	1.159.833,5D

IMOBILIZAÇÕES INTANGÍVEIS

LINHAS TELEFÔNICAS	14.118,06 D	0	0	14.118,06D
PROGRAMAS E SOFTWARE	17.612,46 D	0	0	17.612,46D
(-) DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	4.018,36 C	0	302,29	4.320,65 C
Total do Grupo	27.712,16 D	0	302,29	27.409,87D

IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	261.375,12 D	1.658	0	263.033,12D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	88.240,08 D	0	0	88.240,08D
VEÍCULOS	33.834,32 D	0	0	33.834,32D
EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS	5.655 D	0	0	5.655D
BIBLIOTECA	93.324,39 D	0	0	93.324,39D
OBRAS DE ARTE	9.624,92 D	0	0	9.624,92D
(-) DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	199.413,09 C	0	4.391,75	203.804,84 C
Total do Grupo	292.640,74 D	1.658	4.391,75	289.906,99D
TOTAL GERAL	320.1263,1 D	1.764.478,1	185.3682,7	3112.058,5D

PASSIVO

Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS				
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	321,45 C	321,45	0	0
13º SALÁRIO A PAGAR	0	10.049,41	10.049,41	0
Total do Grupo	321,45 C	10.370,86	10.049,41	0

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

PREVIDÊNCIA SOCIAL A RECOLHER	12.979,09 C	20.596,4	20.200,84	12.583,53 C
FGTS A RECOLHER	3.359,1 C	3.359,1	3.390,44	3.390,44 C
PIS A RECOLHER	437,18 C	437,18	397,94	397,94 C
CONTRIB. SINDICAL A RECOLHER	600,8 C	0	0	600,8 C
PREV. SOC. A RECOLHER – P. JURÍDICA	427,38 C	303,79	303,79	427,38 C
Total do Grupo	17.803,55 C	24.696,47	24.293,01	17.400,09 C

IMPOSTO DE RENDA RET. NA FONTE A RECOLHER

IR FONTE – PESSOA FÍSICA	4.928,49 C	3.394,69	2.585,29	4.119,09 C
IR FONTE – PESSOA JURÍDICA – SAMP	34,27 C	55,59	38,74	17,42 C
IR FONTE – PESSOA JURÍDICA – ADMIN.	27,62 C	70,23	42,61	0
Total do Grupo	4.990,38 C	3.520,51	2.666,64	4.136,51 C

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

ISS	3.363,42 C	0	84,68	3.448,1 C
Total do Grupo	3.363,42 C	0	84,68	3.448,1 C

FORNECEDOR DIVERSOS

CONTAS A PAGAR	49.902,95 C	22.374,22	39.444,66	66.973,39 C
SEGUROS A PAGAR	4.444,87 C	3.759,63	988,27	1.673,51 C
CONTAS A PAGAR – SAMP	16.5679,9 C	1.040,3	292.547,96	457.187,56 C
VLR. A REPASSAR CONSORCIO SAGA	27.894,8 C	53.879,86	26646	660,94 C
VLR. A REPASSAR LAR DE JESUS	2.059,06 C	4.118,12	2.059,06	0
Total do Grupo	249.981,58 C	85.172,13	361.685,95	526.495,4 C

FUNDO PATRIMONIAL

PATRIMÔNIO SOCIAL	259.6220,8 C	0	0	259.6220,8 C
Total do Grupo	259.6220,8 C	0	0	259.6220,8 C
TOTAL GERAL	287.2681,2 C	123.759,97	398.779,69	314.7700,9 C

RECEITA

Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
CONFECCÃO DE CARTEIRAS				
CONFECCÃO DE CARTEIRAS	213 C	0	24	237 C
Total do Grupo	213 C	0	24	237 C

RECEITA DE ASSOCIADOS

CONTRIBUIÇÃO SAMP	762.283,49 C	0	71.322	833.605,49 C
CONTRIBUIÇÃO FATOR MODERADOR	91.046,93 C	0	9.856,6	100.903,53 C
CONTRIBUIÇÃO F. DE RESERVA-SAMP	81.870,55 C	0	0	81.870,55 C
Total do Grupo	935.200,97 C	0	81.178,6	1.016.379,6 C

RECEITAS CORRENTES

CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADOS	2.039.275,1 C	0	183.540,01	2.222.815,1 C
ALUGUEL DE IMÓVEIS	3.6815 C	0	4.964,26	41.779,26 C



CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31.580,63 C	0	2.450	34.030,63 C
TAXA DE OCUPAÇÃO – CASA PROMOTOR	14.905 C	0	885	15.790 C
RECEITAS DE CONGRESSO	60.642,2 C	0	0	60.642,2 C
UTI VIDA	17.763,6 C	0	2.790	20.553,6 C
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.270,22 C	0	1.969,63	30.239,85 C
Total do Grupo	2.229.251,7 C	0	196.598,9	2.425.850,6 C

JUROS

JUROS	68.548,46 C	0	13.033,65	81.582,11 C
Total do Grupo	68.548,46 C	0	13.033,65	81.582,11 C

JUROS

JUROS	16.909,86 C	0	3.545,96	20.455,82 C
Total do Grupo	16.909,86 C	0	3.545,96	20.455,82 C

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	51.928,78 C	0	1.834,66	53.763,44 C
Total do Grupo	51.928,78 C	0	1.834,66	53.763,44 C
TOTAL GERAL	3.302.052,8 C	0	296.215,77	3.598.268,6 C

DESPESA

Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
------	----------------	---------	----------	-------------

COLETIVO POR ADESAO

AMBULATORIAL MAIS				
HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA	154.455,23 D	18.343,3	0	172.798,53 D
Total do Grupo	154.455,23 D	18.343,3	0	172.798,53 D

COLETIVO POR ADESAO

AMBULATORIAL MAIS				
HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA	277.403,48 D	389.45,58	0	316.349,06 D
Total do Grupo	277.403,48 D	389.45,58	0	316.349,06 D

COLETIVO POR ADESAO

AMBULATORIAL MAIS				
HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA	490.476,21 D	254.383,59	0	74.859,80 D
Total do Grupo	490.476,21 D	254.383,59	0	74.859,80 D

ENCARGOS SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

JUROS PASSIVOS	505,63 D	0	0	505,63 D
IOF / IOC SOBRE EMPRÉSTIMOS	0	0,15	0	0,15 D
DESPESAS BANCÁRIAS	3.408,84 D	271,94	6,4	3.674,38 D
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	10 D	0	0	10 D
Total do Grupo	3.924,47 D	272,09	6,4	4.190,16 D

ENCARGOS FINANCEIROS

JUROS	30,52 D	10,45	0	40,97 D
MULTAS	86,13 D	0	0	86,13 D
Total do Grupo	116,65 D	10,45	0	127,10 D

DESPESA ADMINISTRATIVA

ORDENADOS E SALÁRIOS	253.766,84 D	23.396,86	0	27.7163,70 D
FÉRIAS	27.108,55 D	2.966,45	0	30.075 D
RESCISÃO CONTRATUAL	493,32 D	0	0	493,32 D
13º SALÁRIO	13.203,29 D	25.382,88	12460,04	26.126,13 D
VALE TRANSPORTE	2.7133,1 D	2.136	0	29.269,1 D
VALE REFEIÇÃO	41.846,62 D	3.673,07	0	45.519,69 D
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	228,13 D	54,15	0	282,28 D
Total do Grupo	363.779,85 D	57.609,41	12460,04	408.929,22 D

ENCARGOS COM PESSOAL

INSS – FOLHA PAGAMENTO	82.864,29 D	15.297,25	0	98.161,54 D
FGTS	25.895,77 D	3.390,44	0	29.286,21 D
PIS – FOLHA PAGAMENTO	6203,1 D	397,94	0	6.601,04 D
Total do Grupo	114.963,16 D	19.085,63	0	134.048,79 D

SERVIÇOS DE TERCEIROS

SERVIÇOS PESSOA FÍSICA	62.385,15 D	8.500	0	70.885,15 D
SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	298.367,21 D	30.387,9	0	328.755,11 D
Total do Grupo	360.752,36 D	38.887,9	0	399.640,26 D

MATERIAL DE CONSUMO

MATERIAL DE EXPEDIENTE	12.860,79 D	468	0	13.328,79 D
------------------------	-------------	-----	---	-------------

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	8.816,8 D	958,35	0	9.775,15 D
PEÇAS E ACESSÓRIOS	4.837,74 D	389,17	0	5.226,91 D
VESTUÁRIOS E UNIFORMES	2.406,5 D	0	0	2.406,5 D
MATERIAL DE LIMPEZA	9.909,34 D	165,9	0	10.075,24 D
MAT. P/ REPAROS E CONSERVAÇÃO	31.784,51 D	816,75	0	32.601,26 D
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	8.933,05 D	728,37	0	9.661,42 D
MATERIAL P/ PISCINA E SAUNA	3.454,82 D	339	0	3.793,82 D
MATERIAL ESPORTIVO	8.892,59 D	0	0	8.892,59 D
MATERIAL DENTÁRIO E FARMACÊU.	3.871,63 D	3.023,45	0	6.895,08 D
ROUPARIA DE CAMA, MESA E BANHO	3.203,51 D	0	0	3.203,51 D
UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA	543,24 D	8	0	551,24 D
EQUIP. TELEFÔNICOS E INFORMÁTICA	2.054,58 D	792	0	2.846,58 D
Total do Grupo	101.569,1 D	7.688,99	0	109.258,09 D

OUTRAS DESPESAS COM LOCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

ÁGUA E ESGOTO	27.286,44 D	5.591,79	0	32.878,23 D
ENERGIA ELÉTRICA	32.932,03 D	9189,7	0	42.121,73 D
DESPESAS TELEFÔNICAS	3.1004,5 D	5.902,18	0	36.906,68 D
DESPESAS POSTAIS	2.7837,6 D	6.277,17	0	34.114,77 D
Total do Grupo	119.060,57 D	26.960,84	0	146.021,41 D

DEPRECIACÕES DE BENS DE USO PRÓPRIO

COTAS DE DEPRECIAÇÃO IMOBILIZADO	96.844,01 D	9.130,53	0	105.974,54 D
Total do Grupo	96.844,01 D	9.130,53	0	105.974,54 D

IMPOSTOS

IPVA/SEGURO OBRIGATÓRIO	1001,36 D	0	0	1.001,36 D
IMPOSTO DE RENDA APLICAÇÃO	18.662,48 D	567,75	0	19.230,23 D
Total do Grupo	19.663,84 D	567,75	0	20.231,59 D

TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	2.912,06 D	234,61	0	3.146,67 D
CPMF	1.6488,4 D	1.217,35	0	17.705,75 D
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	530,37 D	178,13	0	708,50 D
Total do Grupo	19.930,83 D	1.630,09	0	21.560,92 D

DOAÇÕES

DOAÇÕES FESUMP	51.723,04 D	6.666,85	0	58.389,89 D
Total do Grupo	51.723,04 D	6.666,85	0	58.389,89 D

DESPESAS DIVERSAS

SOLENIIDADES E FESTIVIDADES	77.974,64 D	26.665,01	0	104.639,65 D
RECEPÇÃO E HOSPEDAGEM	782,02 D	310,64	0	1.092,66 D
VIAGENS E ESTADAS	5.471,83 D	571,7	0	6.043,53 D
HOMENAGENS E CONDECORAÇÕES	1.250 D	80	0	1.330 D
PUBLIC. DE JORNAIS E REVISTAS	82.186,03 D	15.165	0	97.351,03 D
PASSAGENS AÉREAS	22.220,19 D	0	0	22.220,19 D
MENSALIDADES CONAMP	51.058 D	12.000	0	63.058 D
ASSINAT. DE LIVR. JORNAIS E REVIST.	19.836,7 D	1.550,96	0	21.387,66 D
REPROGRAFIA	3,3 D	0	0	3,3 D
FRETES E CARRETOS	280,09 D	0	0	280,09 D
LANCHES E REFEIÇÕES	18.705,86 D	2.614,6	0	21.320,46 D
SEGUROS EM GERAL	5.589,56 D	561,75	853,04	5.298,27 D
OUTRAS DESPESAS	6.969,96 D	5,4	0	6.975,36 D
DESPESAS COM CARTÓRIO	155,5 D	3	0	158,5 D
REEMBOLSO ODONTOLÓGICO	69.839,19 D	80.48,47	0	77.887,66 D
PECÚLIO	360.000 D	120.000	0	480.000 D
SEMINÁRIOS E CONGRESSOS	76.485,28 D	0	0	76.485,28 D
PRÊMIOS S/ CONCURSOS DE TESES	0	6.000	0	6.000 D
Total do Grupo	798.808,15 D	193.576,53	853,04	991.531,64 D
TOTAL GERAL	2.973.471 D	673.759,53	13319,48	3.633.911 D

ATIVO	3.112.058,51 D
PASSIVO	3.147.700,94 C
RECEITA	3.598.268,57 C
DESPESA	3.633.911,00 D
RESULTADO	35.642,43 D

ASSOCIAÇÃO GOIANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO FINANCEIRO POR CENTRO DE CUSTO

PERÍODO DE 2/1/2003 ATÉ 31/12/2003

CENTRO DE CUSTO 01 - ADMINISTRAÇÃO

Nome	Débitos	Créditos	Saldo atual
CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADOS	280,51	1.423.422,72	1.423.142,21 C
ALUGUEL DE IMÓVEIS	0	41.779,26	41.779,26 C
UTI VIDA	0	20.553,6	20.553,6 C
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	30.238,25	30.238,25 C
JUROS	0	13.033,65	13.033,65 C
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0	38.336,93	38.336,93 C
JUROS PASSIVOS	505,63	0	505,63 D
IOF / IOC SOBRE EMPRÉSTIMOS	0,1	0	0,1 D
DESPESAS BANCÁRIAS	2.419,02	10	2.409,02 D
JUROS	10,45	0	10,45 D
MULTAS	86,01	0	86,01 D
ORDENADOS E SALÁRIOS	66.530,61	81,43	66.449,18 D
FÉRIAS	6.953,24	0	6.953,24 D
13º SALÁRIO	8.877,51	2.697,7	6.179,81 D
VALE TRANSPORTE	8.499,50	0	8.499,5 D
VALE REFEIÇÃO	16.035,69	0	16.035,69 D
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	282,28	0	282,28 D
INSS – FOLHA PAGAMENTO	81.102,31	0	81.102,31 D
FGTS	8.321,32	790,6	7.530,72 D
PIS – FOLHA PAGAMENTO	4094,5	0	4.094,5 D
SERVIÇOS PESSOA FÍSICA	70.885,15	0	70.885,15 D
SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	250.341,57	1.000	249.341,57 D
MATERIAL DE EXPEDIENTE	13.306,19	0	13.306,19 D
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	9.745,15	0	9.745,15 D
PECAS E ACESSÓRIOS	4.251,11	0	4.251,11 D
VESTUÁRIOS E UNIFORMES	999	0	999 D
MATERIAL DE LIMPEZA	1.587,46	0	1.587,46 D
MAT. P/ REPAROS E CONSERVAÇÃO	27.171,07	0	27.171,07 D
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	2.387,99	0	2.387,99 D
EQUIP. TELEFÔNICOS E INFORMÁTICA	2.816,68	0	2.816,68 D
ÁGUA E ESGOTO	8.729,31	0	8.729,31 D
ENERGIA ELÉTRICA	13.767,66	0	13.767,66 D
DESPESAS TELEFÔNICAS	31.586,54	0	31.586,54 D
DESPESAS POSTAIS	34.114,77	0	34.114,77 D
COTAS DE DEPRECIAÇÃO IMOBILIZADO	105.974,54	0	105.974,54 D
IPVA/SEGURO OBRIGATÓRIO	1.001,36	0	1.001,36 D
IMPOSTO DE RENDA APLICAÇÃO	7.690,05	0	7.690,05 D
CPMF	10.152,81	103,22	10.049,59 D
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	422,1	0	422,1 D
DOAÇÕES FESUMP	58.389,89	0	58.389,89 D
SOLENIDADES E FESTIVIDADES	97.142,35	0	97.142,35 D
RECEPÇÃO E HOSPEDAGEM	1.092,66	0	1.092,66 D
VIAGENS E ESTADAS	6.043,53	0	6.043,53 D
HOMENAGENS E CONDECORAÇÕES	1330	0	1.330 D
PUBLICAÇÃO DE JORNAIS E REVISTAS	97.351,03	0	97.351,03 D
PASSAGENS AÉREAS	22.220,19	0	22.220,19 D
MENSALIDADES CONAMP	63.058	0	63.058 D

ASSINAT. DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS	20.849,9	0	20.849,9 D
REPROGRAFIA	3,3	0	3,3 D
FRETES E CARRETOS	280,09	0	280,09 D
LANCHES E REFEIÇÕES	7.495,87	0	7.495,87 D
SEGUROS EM GERAL	2.210,44	0	2.210,44 D
OUTRAS DESPESAS	2.955,04	36	2.919,04 D
DESPESAS COM CARTÓRIO	158,5	0	158,5 D
PRÊMIOS S/ CONCURSOS DE TESES	6.000	0	6.000 D
Total do Centro de Custo 01			
ADMINISTRAÇÃO	1.187.509,98	1.572.083,36	384.573,38 C

CENTRO DE CUSTO 02 - SETOR SOCIAL

Nome	Débitos	Créditos	Saldo Atual
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	100	33.945	33.845 C
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	10	0	10 D
ORDENADOS E SALÁRIOS	67.597,42	0	67.597,42 D
FÉRIAS	6.909,62	25,87	6.883,75 D
RESCISÃO CONTRATUAL	493,32	0	493,32 D
13º SALÁRIO	9.489,35	3.069,14	6.420,21 D
VALE TRANSPORTE	12.936,6	0	12.936,6 D
VALE REFEIÇÃO	19131	0	19.131 D
INSS – FOLHA PAGAMENTO	5.372,98	0	5.372,98 D
FGTS	7.230,08	0	7.230,08 D
PIS – FOLHA PAGAMENTO	802,24	0	802,24 D
SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	21.270,69	0	21.270,69 D
MATERIAL DE EXPEDIENTE	22,6	0	22,6 D
PECAS E ACESSÓRIOS	460,2	0	460,2 D
VESTUÁRIOS E UNIFORMES	1.341,5	0	1.341,5 D
MATERIAL DE LIMPEZA	7.469,02	0	7.469,02 D
MAT. P/ REPAROS E CONSERVAÇÃO	4.578,69	0	4.578,69 D
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	6.471,67	0	6.471,67 D
MATERIAL P/ PISCINA E SAUNA	3.793,82	0	3.793,82 D
MATERIAL ESPORTIVO	8.892,59	0	8.892,59 D
UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA	428,64	0	428,64 D
EQUIP. TELEFÔNICOS E INFORMÁTICA	29,9	0	29,9 D
ÁGUA E ESGOTO	20.944,34	0	20.944,34 D
ENERGIA ELÉTRICA	25.612,87	0	25.612,87 D
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	286,4	0	286,4 D
ASSINAT. DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS	200,76	0	200,76 D
LANCHES E REFEIÇÕES	3.622,21	0	3.622,21 D
SEGUROS EM GERAL	3.379,12	0	3.379,12 D
OUTRAS DESPESAS	3.630,15	0	3.630,15 D
Total Geral do Centro de Custo 02			
SETOR SOCIAL	242.507,78	37.040,01	205.467,77 D

CENTRO DE CUSTO 03 - SETOR ODONTOLÓGICO

Nome	Débitos	Créditos	Saldo Atual
AMBULATORIAL MAIS			
HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA	156	0	156 D

ORDENADOS E SALÁRIOS	92.419,25	0	92.419,25 D
FÉRIAS	14.675,61	85,69	14.589,92 D
13º SALÁRIO	13.425,75	4.396,45	9.029,3 D
VALE TRANSPORTE	4.038	0	4.038 D
VALE REFEIÇÃO	4.851	0	4.851 D
INSS – FOLHA PAGAMENTO	7.936,46	0	7.936,46 D
FGTS	9.794,07	0	9.794,07 D
PIS – FOLHA PAGAMENTO	1.148,47	0	1.148,47 D
SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	4.796,44	0	4.796,44 D
PECAS E ACESSÓRIOS	139,6	0	139,6 D
MATERIAL DENTÁRIO E FARMACÊUTICO	6.895,08	0	6.895,08 D
REEMBOLSO ODONTOLÓGICO	77.903,66	16	77.887,66 D
Total do Centro de Custo 03			
SETOR ODONTOLÓGICO	238.179,39	4.498,14	233.681,25 D

CENTRO DE CUSTO 04 - SETOR MEDICO - SAMP

Nome	Débitos	Créditos	Saldo Atual
CONFEÇÃO DE CARTEIRAS	0	237	237 C
CONTRIBUIÇÃO SAMP	472,4	834.077,89	833.605,49 C
CONTRIBUIÇÃO FATOR MODERADOR	1.898,18	102.801,71	100.903,53 C
CONTRIBUIÇÃO FUNDO DE RESERVA-SAMP	0	81.870,55	81.870,55 C
CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADOS	90	5.009,65	4.919,65 C
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	1,1	1,1 C
JUROS	0	4.304,08	4.304,08 C
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0	3.486,7	3.486,7 C
AMBULATORIAL MAIS			
HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA	172.798,53	0	172.798,53 D
AMBULATORIAL MAIS			
HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA	316.349,06	0	316.349,06 D
AMBULATORIAL MAIS			
HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA	74.4703,8	0	74.4703,8 D
DESPESAS BANCÁRIAS	936,94	3,2	933,74 D
JUROS	30,52	0	30,52 D
MULTAS	0,12	0	0,12 D
ORDENADOS E SALÁRIOS	41.615,22	0	41.615,22 D
FÉRIAS	1.104	0	1.104 D
13º SALÁRIO	5.541,39	1.880,41	3.660,98 D
VALE TRANSPORTE	1.120	0	1.120 D
VALE REFEIÇÃO	1.330	0	1.330 D
INSS – FOLHA PAGAMENTO	3.071,82	0	3.071,82 D
FGTS	3.844,52	0	3.844,52 D
PIS – FOLHA PAGAMENTO	451,59	0	451,59 D
SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	14.333,39	0	14.333,39 D
IMPOSTO DE RENDA APLICAÇÃO	1.558,13	0	1.558,13 D
TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	3.146,67	0	3.146,67 D
CPMF	3.906,64	0	3.906,64 D
ASSINAT. DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS	337	0	337 D
Total do Centro de Custo 04			
SETOR MEDICO - SAMP	1.318.639,92	1.033.672,29	284.967,63 D

CENTRO DE CUSTO 05 - CASA DO PROMOTOR

Nome	Débitos	Créditos	Saldo Atual
TAXA DE OCUPAÇÃO – CASA PROMOTOR	540	16.330	15.790 C
ORDENADOS E SALÁRIOS	9.082,63	0	9.082,63 D
FÉRIAS	544,09	0	544,09 D
13º SALÁRIO	1.252,17	416,34	835,83 D
VALE TRANSPORTE	2.675	0	2.675 D

VALE REFEIÇÃO	4.172	0	4.172 D
INSS – FOLHA PAGAMENTO	677,97	0	677,97 D
FGTS	886,82	0	886,82 D
PIS – FOLHA PAGAMENTO	104,24	0	104,24 D
SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	39.013,02	0	39.013,02 D
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	30	0	30 D
PECAS E ACESSÓRIOS	376	0	376 D
VESTUÁRIOS E UNIFORMES	66	0	66 D
MATERIAL DE LIMPEZA	1.018,76	0	1.018,76 D
MAT. P/ REPAROS E CONSERVAÇÃO	851,5	0	851,5 D
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	801,76	0	801,76 D
ROUPARIA DE CAMA, MESA E BANHO	3.203,51	0	3.203,51 D
UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA	122,6	0	122,6 D
ÁGUA E ESGOTO	3.204,58	0	3.204,58 D
ENERGIA ELÉTRICA	2.741,2	0	2.741,2 D
DESPESAS TELEFÔNICAS	229,08	0	229,08 D
LANCHES E REFEIÇÕES	10.202,38	0	10.202,38 D
SEGUROS EM GERAL	561,75	853,04	291,29 C
OUTRAS DESPESAS	70,3	0	70,3 D
Total do Centro de Custo 05			
CASA DO PROMOTOR	82.427,36	17.599,38	64.827,98 D

CENTRO DE CUSTO 07 - SEÇÕES REGIONAIS

Nome	Débitos	Créditos	Saldo Atual
JUROS	0	442,67	442,67 C
DESPESAS BANCÁRIAS	64,64	0	64,64 D
DESPESAS TELEFÔNICAS	5.373,52	282,46	5.091,06 D
CPMF	12,99	0	12,99 D
SOLEINIDADES E FESTIVIDADES	7.497,3	0	7.497,3 D
OUTRAS DESPESAS	355,87	0	355,87 D
Total do Centro de Custo 07			
SEÇÕES REGIONAIS	13.304,32	725,13	12.579,19 D

CENTRO DE CUSTO 08 - SETOR PECÚLIO

Nome	Débitos	Créditos	Saldo Atual
CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADOS	1.113,78	795.867,01	794.753,23 C
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	185,63	185,63 C
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	0,5	0,5 C
JUROS	0	68.105,79	68.105,79 C
JUROS	0	16.151,74	16.151,74 C
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0	11.939,81	11.939,81 C
IOF / IOC SOBRE EMPRÉSTIMOS	0,05	0	0,05 D
DESPESAS BANCÁRIAS	400,98	134	266,98 D
IMPOSTO DE RENDA APLICAÇÃO	9.982,05	0	9.982,05 D
CPMF	3.736,53	0	3.736,53 D
PECÚLIO	48.0000	0	48.0000 D
Total do Centro de Custo 08			
SETOR PECÚLIO	495.233,39	892.384,48	397.151,09 C

CENTRO DE CUSTO 09

CONGRESSO ESTADUAL – CALDAS NOVAS

Nome	Débitos	Créditos	Saldo Atual
RECEITAS DE CONGRESSO	0	60.642,2	60.642,2 C
SEMINÁRIOS E CONGRESSOS	76.485,28	0	76.485,28 D
Total do Centro de Custo 09			
CONGRESSO ESTADUAL – CALDAS NOVAS	76.485,28	60.642,2	15.843,08 D

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E CLASSISTAS

- Realização da Assembléia Geral Ordinária de prestação de contas, em 31 de janeiro
- Acompanhamento, ao lado da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, durante todo o ano, do processo de discussão e votação, no Congresso Nacional, da emenda constitucional de reforma da Previdência Social
- Efetiva participação da AGMP, em 16 de junho, das atividades do **Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Previdência Pública**
- Realização de Assembléia Geral Extraordinária, em 31 de julho, para discutir a reforma da Previdência Social, em tramitação no Congresso Nacional
- Propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.874, ajuizada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público por provocação da AGMP, julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a inconstitucionalidade de provimento da Corregedoria-Geral de Justiça que autorizava a no-



Foto: Luiz Spada

Solenidade de abertura do 4º Congresso do Ministério Público de Goiás

- meação de promotor de justiça *ad hoc*
 - Acompanhamento, em conjunto com a Procuradoria-Geral de Justiça, na Assembléia Legislativa, das discussões relativas ao Orçamento do Estado para 2004 na parte relativa ao Ministério Público
 - Publicação de notas oficiais de desagravo às associadas Laura Maria Ferreira Bueno, Marlem Glaydes Machado Ferreira Jayme e Vânia Marçal de Medeiros
- ### APRIMORAMENTO CULTURAL E PROFISSIONAL
- Apoio às 1ª e 4ª Regionais da AGMP na realização, em 16 de maio, em Luziânia, do **Seminário de Direito Civil:**
 - Direito de Família e Direitos das Sucessões**
 - Apoio à 8ª Regional da AGMP na realização, em 17 de outubro, em Bom Jesus de Goiás, do **3º Encontro Estadual de Capacitação para Conselheiros Tutelares e Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região Sul**
 - Realização, de 12 a 14 de junho, na Pousada do Rio Quente, do **4º Congresso Estadual do Ministério Público de Goiás**, cujo tema foi Ministério Público – Justiça e Paz
 - Patrocínio à realização da 4ª Regional da AGMP (Formosa), em junho, do Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares
 - Participação no 14º Con-
 - gresso Nacional do Ministério Público, realizado em Gramado (RS), de 1º a 5 de outubro, com a participação de mais de 80 associados na delegação
 - Apoio à 2ª Regional da AGMP (Catalão) na realização, em 6 de novembro, do **Seminário A Atividade Investigativa do Ministério Público e a Reforma do Código de Processo Penal**
 - Realização, em novembro/dezembro, do **2º Concurso AGMP de Arrazoados Jurídicos – Dalva Ribeiro Pacheco**, com entrega de R\$ 6 mil em prêmios, entregues em 12 de dezembro, na festa comemorativa ao Dia Nacional do Ministério Público
 - Edição do livro com os trabalhos vencedores do

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º Concurso AGMP de Arrazoados Jurídicos, cujo lançamento foi feito em 12 de dezembro, na festa comemorativa ao Dia Nacional do Ministério Público

- Apoio ao evento do **Seminário Direito dos Consumidores de Energia Elétrica**, realizado em 26 de setembro pela Escola Superior do Ministério Público e pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor



Foto: Murilo Spada

Entrega da premiação aos vencedores do 2º Concurso de Arrazoados Jurídicos

SAMP E SERVIÇO ODONTOLÓGICO

- Manutenção de suporte atuarial jurídico para atender às exigências da Agência Nacional de Saúde
- Contratação de técnico para desenvolver programas de informática visando adequar o sistema contábil da AGMP às rotinas da Agência Nacional de Saúde
- Manutenção mensal de banco de dados do SAMP junto à Agência Nacional de Saúde
- Envio trimestral das informações contábeis, adotando-se o Plano de Contas Padrão estipulado pela Agência Nacional de Saúde
- Envio trimestral das informações gerais do plano de saúde

- Parecer anual de auditoria independente
- Acompanhamento permanente de decisões de contestações de representações e notificações

CONVÊNIOS

- Diversos convênios firmados, tanto pela AGMP quanto pelo Serviço de Assistência Médica dos Membros do Ministério Público (SAMP/AGMP), para melhoria da prestação de serviços aos associados, dentre os quais: Instituto Jurídico Professor Luiz Flávio (IELF), para curso de pós-graduação à distância; Quatro Estações Via Gens e Turismo; arquitetos Flávio Paraguassú e Márcia

Guerrante; Art et Point Roupas Femininas

- Convênio, em julho, com massagista para atender os associados na própria AGMP

PATRIMÔNIO

- Aquisição de ventilador para a Academia de Ginástica da AGMP
- Aquisição de televisão para o bar do clube
- Aquisição de 14 aparelhos de televisão para as suítes da Casa do Promotor de Justiça
- Reforma das poltronas da Casa do Promotor de Justiça
- Aquisição de roupas de cama e travesseiros para a Casa do Promotor de Justiça

- Aquisição de mais uma esteira para a Academia de Ginástica
- Aquisição de gabinete odontológico
- Aquisição de uniformes para os funcionários da AGMP
- Reforma dos guarda-sóis da piscina
- Aquisição e instalação de espelho na sauna
- Aquisição e instalação de pias para a sauna
- Aquisição e instalação de persianas para o berçário
- Aquisição de aparelho de ar-condicionado para a biblioteca
- Aquisição de vasos de plantas para o corredor de entrada da sede social
- Aquisição de estante de vidro para a sala da presidência
- Aquisição de aparelho de

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

telefone sem fio para a secretaria

■ Reforma de parte da sede social, compreendendo:

1. pintura texturizada em todo o ginásio de esportes e detalhes nas colunas e vigas com tinta concreto

2. aplicação de pintura lisa nos muros de proteção e em todas as áreas externa e interna da sede

3. pintura da porta de saída do parque recreativo

4. pintura artística nos muros do parque infantil

5. pintura da área interna do ginásio de esportes, com vigas e coluna em tinta concreto

6. troca das telhas da área da churrasqueira, com pintura interna de todo o espaço

7. ampliação do espaço da Academia de ginástica, com aplicação de divisória de gesso e acréscimo de piso de borracha na área ampliada

8. substituição do piso danificado da Academia de Ginástica e aplicação de silicone em todas as esquadrias da Academia e da sala de sinuca, com a conseqüente pintura dos espaços internos

9. substituição de fiação elétrica, espelhos, tomadas e acréscimo de pontos de iluminação

10. reforma da sauna, com substituição do re-



Foto: Luiz Spada

Não faltou animação na festa dos 36 anos da AGMP

vestimento das paredes e piso, substituição da fiação elétrica, troca de luminárias, espelho e tomadas, troca de registros e chuveiros danificados, pias, bancada, espelho e ralos

11. troca do piso dos banheiros masculino e feminino da área da piscina e pintura do teto

12. substituição das luminárias da área do parque infantil e colocação de mais três refletores

13. reposição de peças da tela de proteção do ginásio de esportes

14. mudança da localização do compressor utilizado pelo consultório odontológico, com construção de abrigo protetor

15. retirada de infiltrações no banheiro mas-

culino da área da piscina e no berçário, com mudança do local de ar-condicionado

16. substituição de rejuntos danificados na área da piscina, com uniformização de toda a área

17. pintura de toda a área de entrada da sede social e do teto do salão de festas, assim como as paredes do palco e da que dá acesso aos banheiros do salão de festas

18. impermeabilização da marquise de entrada da sede social

19. pintura, troca de piso e porta da sala de segurança e de toda a área externa de acesso à sede social

20. substituição das tampas das caixas de esgoto da Casa do Pro-

motor de Justiça, de concreto por tampas de ferro fundido

21. substituição das lâmpadas frias do jardim da Casa do Promotor de Justiça

EVENTOS

■ Apoio, com o oferecimento de almoço, ao projeto **O Ministério Público Vai às Escolas**, promovido pela Escola Superior do Ministério Público em 15 de maio

■ Homenagem às mães, em maio, com realização de culto ecumênico, bazar, almoço e vacinação antigripal, na sede da AGMP

■ Realização, em junho, do Arraiá da AGMP

■ Apoio, com oferecimento de almoço de encerramento e de decoração, ao **1º Encontro Nacional O Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural** e para a reinauguração da sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Goiás, realizadas de 22 a 24 de outubro

■ Patrocínio dos almoços de inauguração das sedes próprias das Promotorias de Justiça das Comarcas de Crixás e de Alexânia

■ Festa comemorativa, com oferecimento de jantar, aos 36 anos de fundação

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

da Associação Goiana do Ministério Público, em 23 de agosto

- Realização, em 12 de outubro, na sede da AGMP, do Dia das Crianças

- Realização, em novembro, do jantar de confraternização dos associados aposentados, com show musical da colega Joana D'Arc Correa e do grupo de choro Alma Brasileira

- Apoio à realização, em 28 de novembro, da Noite Cultural da Fundação Escola Superior do Ministério Público, que contou com palestra da psicoterapeuta Luciana G. Gifford Carneiro sobre **Mundo Pós-Moderno: Fast Food, Fast Family... Como Estão Nossos Josés e Nossas Marias?**, show artístico com Felipe Faloz e Francisco Aafa com o recital **Cantata do Sertanez Elomar**, exposição de trabalhos de artes plásticas de integrantes do Ministério Público e servidores da Procuradoria-Geral de Justiça e coquetel
- Apoio ao lançamento do livro **De Cabo-de-esquadra a Marechal de Guerrilha**, do colega João Neder, em 19 de dezembro
- Confraternização natalina, na Pousada do Rio Quen-



Foto: Lúcia Oliveira

Participantes da segunda edição da Colônia de Férias da AGMP

te, dos associados das 8ª e 2ª Regionais da AGMP (Catalão e Itumbiara), em 6 de dezembro

- Festa comemorativa do Dia Nacional do Ministério Público, em 12 de dezembro
- Promoção de almoço beneficente e bazar natalino, em 13 de dezembro

ATIVIDADES ESPORTIVAS

- Promoção de três edições da Colônia de Férias da AGMP – duas em 2003 (janeiro e julho) e uma em 2004 (janeiro)
- Treinamento de times de futebol de salão mirim e juvenil
- Apoio à participação de time de futebol da AGMP no 3º Torneio Nacional de Futebol Society, promovido de 7

a 9 de novembro, em Vitória (ES), pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)

DIVERSOS

- Contratação de bibliotecária para organização do acervo da Biblioteca Irapuan Costa Júnior, da AGMP
- Envio aos associados do **Boletim do IBCrim** e da revista **LEX – Jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais**
- Aquisição dos correntes/periódicos, à disposição dos usuários da biblioteca: Interesse Público, Lex (Coletânea de Legislação e Jurisprudência), Revista Brasileira de Ciências Criminais, Revista de Direito Am-

biental, Revista de Direito Constitucional e Internacional, Revista de Direito do Consumidor, Revista de Processo, Revista dos Tribunais e Revista Tributária de Finanças Públicas)

- Contratação de jornalista para elaborar livro contando a história do Ministério Público goiano e da Associação Goiana do Ministério Público, conforme proposta apresentada pelo colega Fernando Braga Viggiano, aprovada por unanimidade em assembléia geral realizada em 31 de julho
- Aquisição e remessa aos associados da agenda 2004
- Publicação de 12 edições do informativo **Breves Notas**
- Publicação de uma edição da **Revista da AGMP**

MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

Conamp vai ao STF contra reforma da Previdência

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), por intermédio do advogado Aristides Junqueira, propôs ao Supremo Tribunal Federal duas ações diretas de inconstitucionalidade, ambas com pedido de suspensão liminar de eficácia, relativas à Emenda Constitucional nº 41/2003, que trata da reforma da Previdência. A primeira (Adin nº 3.104) diz respeito às regras de transição previstas em dois dispositivos da emenda – em todo o artigo 2º e na expressão 8º contida no artigo 10. A segunda (Adin nº 3.105) refere-se a todo o artigo 4º. Confira, aqui, os principais pontos de cada ação proposta pela Conamp.



Foto: STF

Marfan Martins Vieira (centro) discutiu com o ministro Maurício Corrêa (direita) as Adins propostas pela Conamp

ADIN Nº 3.104 (REGRAS DE TRANSIÇÃO)

O advogado da Conamp argumenta que a norma inserida no art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, diversamente daquela inscrita no art. 40 do corpo da Constituição, não estabelece regime jurídico de aposentadoria para os servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ao contrário, assegura verdadeiro direito subjetivo ao servidor público “*que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação*” da referida Emenda de 1998.

“E esse direito subjetivo, garantido constitucionalmente aos servidores, detentores de cargo efetivo que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998, incorporou-se ao patrimônio jurídico deles, de modo definitivo, como direito adquirido”, argumenta Aristides Junqueira. Ele sustenta que a “norma de transição entre o **regime jurídico de aposentadoria** imposto originariamente pelo poder constituinte originário, de 1988, e o **regime jurídico de aposentadoria** estabelecido pelo poder constituído derivado, de 1998, assegurou a determinados servidores públicos

direito subjetivo que se incorporou, com os condicionamentos ali fixados, ao patrimônio jurídico de cada um dos aludidos servidores”.

Tal entendimento, destaca, é compartilhado pelos professores e juristas José Afonso da Silva, Celso Antônio Bandeira de Mello e Diogo de Figueiredo Moreira Neto, cujos pareceres foram anexados na Adin. Além disso, é lembrado o voto do ministro Sepúlveda Pertence, proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 23.047-DF, que consignou que “nem contra a lei ordinária superveniente há direito adquirido a um determinado regime jurídico

objetivo, mas apenas à preservação das situações subjetivas favoráveis já constituídas, com base nele, por quem haja satisfeito os pressupostos respectivos”. É essa exatamente a hipótese exposta na ação.

Portanto, argumenta, “se o art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, não estabelece regime jurídico objetivo aplicável a todos os servidores públicos, mas sim assegura direito subjetivo já incorporado ao patrimônio jurídico de determinada classe de servidores públicos, forçosa a conclusão de que o art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, não poderia, como

fez, retroagir para alterar-lhe o conteúdo, de modo a prejudicar aquele direito adquirido e impor situação jurídica mais gravosa aos seus titulares”.

Nesse sentido, sustenta que a situação dos ocupantes de cargos efetivos que entraram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 ficou prejudicada com a regra nova, pois não mais se aposentarão com proventos integrais e nem com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. Deverão eles se sujeitar ao disposto no atual § 3º do art. 40 da Constituição, que preceitua: “Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão con-

sideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei”.

Outra argumentação utilizada pelo advogado da Conamp refere-se ao que preceitua o art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição. “Logicamente, o vocábulo lei escrita nesse inciso constitucional tem o significado amplo de ato normativo editado ou expedido pelos Poderes e agentes estatais. Daí estar incluída em seu conceito a espécie normativa emenda constitucional.”

Além do mais, o § 4º, inciso IV, do art. 60 da Constituição dispõe que não

“será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir (...) os direitos e garantias individuais”. Assim, “ao retroagir e prejudicar direito subjetivo incorporado ao patrimônio jurídico dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos até 16 de dezembro de 1998, assegurado pelo art. 8º da EC nº 20, de 1998, o art. 2º da EC nº 41, de 2003, desrespeitou a garantia individual do direito adquirido, estabelecida no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição, e, conseqüentemente, afrontou a cláusula pétrea inscrita no inciso IV do § 4º do art. 60 da Constituição. Evidente, pois, a inconstitucionalidade do dispositivo aqui impugnado”.

Por fim, Aristides afirma ser certo que a inconstitucionalidade atinente ao Ministério Público revela a legitimidade da Conamp para a propositura desta ação, tão-só no que se relaciona com o Ministério Público. Mas a declaração de inconstitucionalidade há de se estender, também, ao que se refere a todos os servidores públicos, já que este instrumento processual de controle abstrato de constitucionalidade não objetiva a defesa de interesse individual ou de uma entidade de classe, “mas visa, fundamentalmente, a defesa da ordem jurídica, da integridade constitucional, da sanidade constitucional da ordem jurídica” (Ministro Paulo Brossard, na ADI nº 396-8/DF).

ADIN Nº 3.105 (CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS)

Em relação à Adin nº 3.105, o advogado da Conamp sustenta que a norma impugnada contraria o disposto nos arts. 5º, inciso XXXVI, 150, inciso II, e 60, § 4º, inciso IV, da Constituição. Pelo art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, aos servidores públicos aposentados e aos que já cumpriram, até a data de publicação da Emenda Constitucional em questão, os requisitos para a aposentadoria no regime anterior foi imposta a obrigação tributária de pagar contribuição previdenciária “com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos”.

Ele lembra que os servidores públicos aposenta-

dos e os que preenchiam as exigências de aposentação antes da vigência da nova norma constitucional estavam submetidos, quando das suas aposentadorias ou do momento em que poderiam se aposentar, a regime previdenciário que não tinha caráter contributivo ou solidário (antes da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998), ou apenas tinha caráter contributivo (depois dessa mesma Emenda Constitucional nº 20, de 1998). “Decorre daí que aqueles servidores públicos, depois de se aposentarem, tinham garantidos, em virtude do próprio sistema previdenciário estabelecido na Constituição, o

direito de não pagarem mais contribuição previdenciária.”

No entendimento de Aristides, esse aspecto jurídico é relevante, tendo em vista a antiga e pacífica jurisprudência desse colendo Supremo Tribunal Federal, segundo a qual a “lei que regula a aposentadoria e a reforma é a vigente ao tempo em que elas ocorreram” (RE nº 15.587-DF, Rel. Min. Lafayette de Andrada, DJ de 23.11.1950, p. 10.598). Ou seja, o servidor público aposentado ou que já reúne os requisitos para se aposentar tem o direito adquirido de ter a sua aposentadoria regida pelo regime jurídico de aposentadoria vigente à época em que se aposentou ou que poderia se aposentar.

No entanto, a nova norma “simplesmente desrespeitou o direito adquirido dos servidores públicos aposentados e dos que já poderiam se aposentar até a sua vigência e lhes impôs, de forma inconstitucional, a obrigação de pagarem contribuição previdenciária, sob o principal argumento de que a Previdência Social está ‘quebrada’ e necessita fazer ‘caixa’ para reverter a sua situação deficitária, situação essa decorrente, como é público e notório, da má gestão dos recursos públicos previdenciários e das rotineiras e milionárias fraudes, e não da falta de contribuição dos servidores públicos, que têm descontados em folha o dito tributo”.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Era o que faltava: governo retira apoio à PEC paralela

O governo recuou do apoio dado no Senado à proposta de emenda constitucional (PEC) que altera pontos da reforma da Previdência. Depois de aceitar a idéia da chamada PEC paralela em troca do voto dos senadores à reforma da Previdência, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, comunicou ao colégio de líderes aliados do Palácio do Planalto que não tem nenhum compromisso com a proposta.

Durante almoço com os líderes e vice-líderes dos partidos governistas no Palácio do Planalto, José Dirceu desaconselhou a aprovação da PEC paralela, apesar de ela ter sido o principal motivo para a convocação extraordinária do Congresso. “Nosso compromisso foi o de votar no Senado, mas não foi com o texto”, disse o ministro, segundo relato de parlamentares presentes. “Por mim, ficariam valendo as regras da reforma da Previdência”, completou.

O ministro José Dirceu pediu também aos líderes que orientem suas bancadas para não apresentarem emendas ao texto que ampliem privilégios. As emendas poderiam ser apenas para suprimir ou modificar alguns itens, sem mexer na essência da reforma já promulgada pelo Congresso. A estratégia do Palácio do Planalto é evitar pressa na tramitação.

O ministro pediu atenção especial à redação do teto salarial dos servidores públicos que, pelo texto do Senado, permite a exclusão desse limite das vantagens acrescidas nos salários dos servidores. Conforme avaliação preliminar, isso criará dificuldades financeiras aos executi-

vos estaduais e municipais.

Segundo o vice-líder do governo na Câmara, Sigmaringa Seixas (DF), o que houve não foi exatamente um recuo, mas a conclusão de que alguns pontos da reforma previdenciária têm mesmo que ser modificados. “Houve uma posição técnica

e unânime de que a redação precisa ser alterada em coisas específicas como o teto salarial nos municípios, para não dar margem a dúvidas”, insistiu o deputado. Ele insiste que a redação atual não só permite tetos diferenciados como deixa em aberto seu valor limite.

PRESIDENTE DA CÂMARA CONSIDERA IMPOSSÍVEL QUE PROPOSTA SEJA VOTADA ATÉ 13 DE FEVEREIRO

O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT/SP), jogou um balde de água fria nas negociações feitas pela própria base aliada para aprovar, ainda durante a convocação extraordinária, a PEC paralela da reforma da Previdência. Apesar do vice-líder do Governo, Beto Albuquerque (PSB/RS), afirmar que trabalha para costurar um acordo que evite a apresentação de emendas e suprima todos os prazos regimentais, João Paulo considerou “impossível” encerrar a tramitação da matéria até 13 de fevereiro, quando termina a convocação.

“Se alguém vendeu a ilusão para a sociedade de que em 20 dias seria possível votar uma Emenda Constitucional com mudanças na Previdência, tem agora que explicar isso”, disse João Paulo. Ele explicou que só na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é necessário cumprir o prazo de cin-



Foto: ABR

João Paulo: “Votar PEC até 13 de fevereiro é ilusão”

co sessões para que o relator Maurício Rands (PT/PE) apresente seu parecer sobre a matéria. Depois disso, é concedida vista de dois dias para que os parlamentares da CCJ analisem o relatório e só depois disso ele pode ser posto em votação.

João Paulo calcula que, se cumpridas todas estas exigências, a votação na CCJ seria em 11 de fevereiro, antepenúltimo dia da convocação. A proposta ainda tem

que passar pela Comissão Especial de Mérito, onde precisa ser analisada em pelo menos uma sessão, para então ser votada e seguir para os dois turnos no plenário. “Que prazos podem ser diminuídos?”, questionou o presidente da Câmara.

Avaliação diferente tem o vice-líder governista. Beto Albuquerque argumenta que se for fechado um acordo com todos os líderes dos partidos, é possível por em execução o chamado “rito sumário” pelo qual todos os prazos seriam suprimidos e todas as votações seriam feitas numa só semana. Para garantir esta votação rápida, os deputados ainda teriam que se comprometer a não apresentar emendas durante a tramitação nas comissões. “Se os acordos fechados não forem mantidos, quem quiser fazer uma enxurrada de emendas terá que se explicar aos servidores porque estará atrasando a tramitação da PEC paralela.”

3ª COLÔNIA DE FÉRIAS DA AGMP

Mais uma vez a garotada fez a festa na Associação

Realizada de 5 a 10 de janeiro, foi novamente marcada pelo sucesso a 3ª Colônia de Férias da Associação Goiana do Ministério Público, que reuniu nada menos do que 60 coloninhos. Como sempre, não faltou animação para a garotada, que pôde gastar toda a sua energia e

ter diversão de sobra durante todos os dias da Colônia.

A turminha foi dividida em dois blocos – a faixa etária de 4 a 6 anos, que teve os professores Fábio, Ana Paula e Cláudia como responsáveis, e a faixa etária de 7 a 15 anos, sob a responsabilidade dos professores Samara e Tiago. A coordenação

geral da Colônia ficou por conta do professor Frederico Faria Mendanha.

Os coloninhos ficaram pra lá de felizes com o passeio surpresa. E não é para menos, já que todos foram levados para o Ita Center Park. Depois, a viagem à Fazenda Águas Claras, a 35 quilômetros de Goiânia, foi

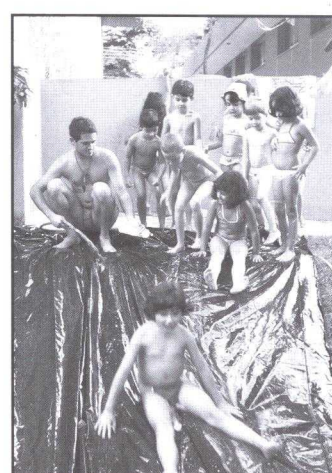
mais uma atividade que deixou a garotada cheia de gás. Os coloninhos também participaram de acampamento na sede da AGMP e, para encerrar com chave de ouro a 3ª Colônia, Festival do Sorvete. Confira aqui alguns dos bons momentos vividos pelas crianças nas fotos feitas pelo professor Frederico.



Os professores



Os coloninhos



Brincadeiras não faltaram



Papel, caneta e lápis de cor



O passeio ao Ita Center Park

Festival do Sorvete



Hora do lanche



Atividades na quadra de esportes



Alegria na piscina

MP É DESTAQUE NA IMPRENSA

CELULARES

Murilo de Moraes e Miranda, da área de defesa do consumidor, propôs, em 6 de janeiro, ações civis públicas, com pedidos de liminar, contra as operadoras de telefonia celular Vivo e Claro por causa das dificuldades que seus clientes vêm enfrentando desde a segunda quinzena de dezembro para completar as ligações ou mantê-las sem que haja interrupção. Como juiz plantonista Carlos Luiz Damacena alegou incompetência para julgar as ações, o promotor de justiça propôs Agravo de Instrumento, com pedido de liminar com efeito suspensivo ativo, contra decisão interlocutória proferida.

CADEIAS

Fernando Braga Viggiano pediu, em 8 de janeiro, a interdição total e definitiva das cadeias públicas de Itapuranga e de Guaraíta e que fosse determinada a remoção imediata dos presos provisórios para as cadeias públicas em condições de segurança mais próximas dessas comunidades e, quanto aos presos definitivos, a remoção para a Agência Prisional. O promotor destaca que há décadas as duas cadeias não atendem às mínimas condições legais para a manutenção de presos. Há relatos de que as fugas vêm aumentando, assim como a facilidade de evasão. Só para se ter idéia, em Itapuranga a cadeia foi construída com cal e areia, apodrecendo com o passar do tempo.

AMBULANTES

Tamara Andréia Botochenco Rivera encaminhou, em 8 de janeiro, ofícios a diversos órgãos pedindo informações sobre a situação dos ambulantes dos terminais de passageiros de Goiânia. Posteriormente, a promotora de justiça notificou representantes de órgãos públicos e entidades de classe para uma reunião, a ser realizada em 2 de fevereiro, às 15h, na sede do Ministério Público. Foram chamados os presidentes da Associação dos Vendedores Ambulantes dos Terminais do Eixo Anhangüera, da Federação dos Empreendedores do Brasil, do Sindicato dos Comerciantes Ambulantes e dos Trabalhadores da Economia Informal e da CMTC, bem como o secretário de Infra-Estrutura, o comandante da PM, o diretor do Departamento da Vigilância Sanitária Municipal e o secretário municipal de Fiscalização Urbana.

PROMOTORIAS COMUNITÁRIAS

Rúbian Corrêa Coutinho divulgou relatório estatístico anual referente às atividades desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça de Defesa Comunitária, instaladas em Aparecida de Goiânia, Vila Rica e Termo Judiciário de Goiânia. Segundo o documento, foram atendidas em 2003 3.439 pessoas na área jurídica, propostas 433 ações, re-

alizados 206 acordos extrajudiciais, bem como distribuídas cerca de 3.500 cartilhas sobre as atribuições do Ministério Público e solicitadas segundas vias de registros de casamentos, nascimentos e óbitos, num total de 297 documentos.

MP E UNICEF

O procurador-geral de justiça substituto, Saulo de Castro Bezerra, e a representante do Unicef no Brasil, Reiko Niimi, discutiram em 14 de janeiro, em Brasília, estratégias de implantação do projeto Meu Pai, Meu Direito, lançado pelo Ministério Público goiano em setembro do ano passado. O programa tem como meta instalar procedimentos interinstitucionais para garantir o direito ao registro de nascimento a todos aqueles que, nascidos vivos, não foram registrados, bem como garantir que aquele com registro incompleto tenha identificado a totalidade de seus ascendentes. Até agora, MPs de nove Estados brasileiros procuraram a instituição goiana para adesão ao projeto – Bahia, Rio Grande do Sul, Tocantins, Piauí, Maranhão, Paraná, Distrito Federal e Espírito Santo.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Relatório sobre a atuação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude em 2003, enviado à Procuradoria-Geral de Justiça, mostra que o trabalho do Ministério Público visando à implantação efetiva dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente levou a um aumento substancial no nú-



MP É DESTAQUE NA IMPRENSA

mero desses órgãos nos municípios. Segundo o balanço, em 1999, quando o MP reforçou as ações nesse sentido, estavam em funcionamento 63 Conselhos Tutelares e, no ano passado, já existiam 188, o que significa crescimento de 198% no número desses órgãos. Em relação aos Conselhos de Direito, eram 143 em 1999 e, agora, já somam 196. Dados do Ministério da Justiça indicam que, com esse total de Conselhos Tutelares, Goiás está entre os cinco Estados do País com maior número desses órgãos implantados.

IDOSOS

O Ministério Público goiano expediu, em 15 de janeiro, recomendação ao Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Setransp), à Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) e ao Sindicato do Transporte Alternativo (Sintrago) para que seja garantido ao passageiro com 65 anos ou mais o acesso gratuito ao transporte coletivo urbano e semi-urbano apenas com a apresentação de documento pessoal de identidade no qual conste sua idade, independentemente de ele portar ou não o cartão magnético expedido pelo Setransp. Assinado por Ana Maria Rodrigues da Cunha, plantonista do Grupo de Atuação em Defesa do Idoso (Gead), e Alexandre Mendes Vieira, coordenador em plantão dos Centros de Apoio Operacional, o documento também recomenda que seja destinado local privilegiado de embarque e desembarque aos maiores de 60 anos nos terminais e pontos. O documento do MP justifica as orientações dadas

com base na obrigatoriedade de cumprimento do Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/03), que entrou em vigor em 1º de janeiro.

MEIO AMBIENTE

Márcia Cristina Peres, de Goianésia, firmou Termo de Ajustamento de Conduta com a Saneago e Gedi Marques de Souza, proprietário da Fazenda Vereda ou Mantiqueira, para reverter danos ambientais e sanar outras irregularidades. O fazendeiro, construiu uma represa, numa das nascentes do Córrego Anda Só, que fica dentro de sua propriedade

e que teve suas obras paralisadas por ordem judicial, decorrente de ação promovida pelo MP. Pelo acordo, o proprietário assumiu o compromisso de cumprir as exigências legais e usar a água da barragem tão-somente para uso doméstico. Comprometeu-se a reflorestar a área desmatada; construir curvas de nível nas adjacências da barragem; facultar a inspeção periódica por técnicos da Saneago; construir extravasor; depositar mil reais ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, a título de compensação; promover a integral recuperação da mata ciliar, entre outras providências.

DIREITOS HUMANOS

Divino Marcos de Melo Amorim, chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, representou o Ministério Público Nacional em reunião realizada em 19 de janeiro, no Ministério da Justiça, em Brasília. A reunião teve como objetivo formular propostas para a construção do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos e realização

das conferências nacional, estaduais e municipais de direitos.



EDUCAÇÃO

José Carlos Mendonça deu início ao Movimento contra a Reprovação Escolar. O procurador apresentou proposta nesse sentido ao procurador-geral de justiça e presidente da ABMP, Saulo de Castro Bezerra. José Carlos já começou o trabalho de orientação aos pais que desejam questionar judicialmente a reprovação. Os interessados em participar do movimento podem entrar em contato com o procurador pelo telefone 243-8154.

MP ELEITORAL

Marilda Helena dos Santos, em plantão na 135ª Promotoria de Justiça Eleitoral, expediu recomendação a todos os partidos e a alguns políticos. Ela recomendou a imediata retirada das vias públicas de cartazes e outdoors, excepcionando as hipóteses legais, que ainda estejam mantidos, mesmo que a pretexto da passagem de ano de ocupantes de cargos políticos, sobretudo de possíveis pré-candidatos, sob pena de recurso às vias judiciais e suas consequências. A promotora recomendou ainda que todos prestem observância irrestrita ao calendário eleitoral e às datas inaugurais de propaganda, com atenção especial aos programas gratuitos dos partidos para que os mesmos não configurem propagandas veladas.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

PT e governo decidem atacar o Ministério Público

A cúpula do PT decidiu partir para o ataque em relação ao Ministério Público brasileiro. Primeiro, foi o ministro-chefe da Casa Civil, que em 16 de janeiro, defendeu um maior controle das atividades dos integrantes da Instituição. Dirceu afirmou que a Constituição estaria sendo “violada diariamente por uma série de procedimentos ilegais do Ministério Público e de alguns órgãos de imprensa”.

De pronto, suas afirmações mereceram resposta por parte da Conamp, que emitiu nota oficial a respeito (*leia na página ao lado*). Na sequência, apareceu o presidente nacional do PT, José Genoino, que, no dia 19, defendeu a adoção de um controle externo para o Ministério Público. “O Ministério Público merece o nosso respeito, agora existem integrantes e setores do Ministério Público que estão cometendo exageros e excessos”, disse.

Ele citou como exemplo dos excessos o caso do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, que completou dois anos sem que nenhum suspeito esteja condenado. Genoino lembrou a acusação feita por procuradores em dezembro do ano passado, apontando o empresário Sérgio Gomes da Silva como novo suspeito pela morte do prefeito. “Quando você vê um processo em segredo de Justi-



Foto: Victor Soares/ABR

José Dirceu: ataques ao Ministério Público

ça e se vaza informação mesmo com a decretação do segredo isso é errado. Alguns procuradores estão exagerando na condição de vítima e botando o assunto na pauta para desviar o debate. Quando se tem abusos e erros no Congresso não se critica? Quando tem no Judiciário não se critica? Quando tem no Executivo não se critica? Então por que não se criticar o Ministério Público? Não existe poder intocável na República.”

Genoino declarou ser favorável à instituição de um mecanismo de controle externo por meio da reforma do Judiciário, que está tramitando no Congresso Na-

cional. “O PT quer fazer uma conversa para preservar a instituição, mas não existe poder que se basta a si mesmo. Por isso que na reforma do Judiciário nós estamos defendendo o controle duro e democrático, não só do poder Judiciário como do Ministério Público”, afirmou Genoino, que defendeu também o fim do segredo de Justiça nos processos e inquéritos.

Questionado sobre críticas da oposição, de que no passado petistas teriam se aliado a procuradores para se municiarem de acusações contra integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ele afirmou que

o PT “nunca” aprovou o recebimento de informações privilegiadas do MP. “No passado, o PT não apoiou ações exageradas e abusos do Ministério Público. Se esse ou aquele integrante do PT teve essas relações próximas ao ministério não era a direção do partido”, declarou.

Oposição

O senador Demóstenes Torres (PFL-GO), que integra a bancada de oposição ao governo federal, se disse favorável à instituição do controle externo do Judiciário e do Ministério Público. Ele também defendeu maior participação da sociedade civil nos respectivos conselhos que ficarão encarregados da fiscalização dos órgãos, conforme especifica a proposta de emenda à Constituição (PEC) em exame pelo Senado. O senador defendeu ainda a adoção da súmula vinculante e o fortalecimento do primeiro grau de jurisdição.

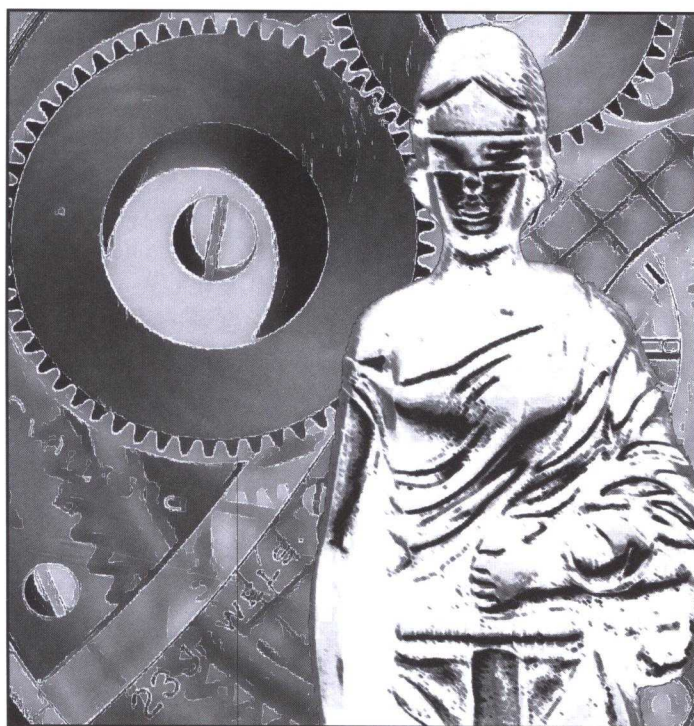
Para Demóstenes, a reforma do Judiciário aprovada na Câmara dos Deputados necessita de aperfeiçoamento e o Senado não pode se omitir nesse processo. Ele observou que a oportunidade de realizar a reforma é consensual entre os operadores do Direito, segundo pesquisa realizada pelo Idesp, e também atende aos anseios de 70% da população, segundo pesquisa do Instituto Sensus.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Confira aqui o que diz a Nota Oficial da Conamp

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp, entidade de classe que congrega procuradores e promotores de Justiça de todo o País, a propósito das afirmações feitas pelo ministro-chefe da Casa Civil, senhor José Dirceu, em ato público realizado no dia 16 de janeiro de 2004, na sede da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, dirigindo severas críticas ao Ministério Público e à imprensa, por suposto vazamento de informações sigilosas relativas ao chamado “caso Celso Daniel”, e propondo que o Poder Legislativo tome providências para coibir tais práticas, vem a público dizer que:

1 Causaram grande inquietação e constrangimento aos integrantes do Ministério Público as duras palavras que Sua Excelência dirigiu contra a instituição, reprimando conhecido discurso reiteradamente proclamado por aqueles que, de algum modo, se vêem alcançados ou incomodados pela atuação séria e responsável de promotores e procuradores que, no exercício de suas elevadas funções, não transigem na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis.



2 Para nossa felicidade e para a felicidade da própria nação, muito do aperfeiçoamento e da evolução de nossa ainda jovem democracia tem sido possível graças ao trabalho incessante do Ministério Público, à frente das investigações e das ações que, nos últimos anos, têm sido fundamentais para o resgate da cidadania e da credibilidade das próprias instituições. É uma luta diária levada a efeito por cada membro da instituição, em todos os quadrantes do País, e, se eventuais abusos ocorrem pontualmente, cometidos por um ou outro promotor ou procurador, tais questões hão de ser tratadas de forma oficial, utilizando-se os mecanismos de controle já existentes no ordenamento jurídico, que,

presume-se, são do conhecimento de todos, notadamente das mais altas autoridades da nação.

3 A repetição dessa cantilena de que o Ministério Público e a imprensa precisam ser controlados a qualquer preço, agora partida de Sua Excelência, põe em risco toda a matriz democrática traçada pelo constituinte de 88, sensível aos reclamos de um povo que, durante anos, em passado ainda muito vivo nas nossas memórias, foi submetido aos flagelos da censura e da mordaza e obrigado a aceitar passivamente as ações e versões do aparato oficial. A inércia e o silêncio aos quais muitos querem conduzir o Ministério Público e a imprensa, sobretudo e

coincidentemente quando chegam ao poder, nos remetem a tempos de pesadelo institucional e de raquitismo democrático que não mais podem ser sequer cogitados, tempos estes, a propósito, dos quais Sua Excelência foi uma das maiores vítimas.

4 Por derradeiro, a Conamp, em nome de cada membro do Ministério Público, reitera à nação o compromisso de que a instituição não esmorecerá na luta para a qual foi forjada. Não haverá qualquer recuo nem deposição de armas. Os promotores e procuradores não arredarão pé do cumprimento da missão constitucional que lhes foi atribuída, ainda que plenamente conscientes das ameaças e dos riscos de retaliações. O Ministério Público brasileiro, hoje paradigma universalmente reconhecido, nunca foi, não é e jamais será subserviente a partidos, grupos ou ideologias políticas, acreditando apenas na democracia - por cuja preservação tanto se empenha - e na força da consciência do nosso povo, o qual defenderá sempre e intransigentemente, com retidão e coragem.

Brasília (DF), 18 de janeiro de 2004.

Marfan Martins Vieira
Presidente da Conamp

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Senado deve manter texto aprovado pela Câmara

Um dos projetos mais polêmicos a serem votados neste ano pelo Congresso, a reforma do Judiciário, hoje em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, deve manter o texto aprovado pela Câmara em 2000, segundo o relator da proposta, senador José Jorge (PFL-PE), que afirmou não querer incluir mudanças em seu parecer. “Não podemos inventar coisas novas. Meu parecer será feito em cima do que foi realizado pela Câmara dos Deputados. As sugestões do governo somente serão acatadas se constarem do texto proveniente da Câmara”, garantiu. “O que eu não posso permitir é que um texto aprovado pela Câmara seja fatiado com o relator deixando de lado alguns temas”, completou.

O senador disse acreditar que seu parecer vá ser votado na CCJ ainda na convocação extraordinária do Congresso, que termina em 13 de fevereiro, mas evitou fazer previsões sobre uma possível data em que possa ser levado a plenário. Jorge informou ainda que o prazo para emendas se esgotou e a partir de agora os senadores só poderão apresentar sugestões que, se aceitas, poderão ser apresentadas como emendas do relator. Desde que começou a tramitar no Senado, a reforma

do Judiciário já recebeu 239 emendas e 128 destaques.

Apesar de o prazo de apresentação de emendas à PEC já se ter esgotado, ficou decidido que até 4 de fevereiro poderão ser apresentadas sugestões dos senadores que integram a CCJ para que possam ser examinadas e incluídas no relatório final de José Jorge. As sugestões oferecidas, explicou o senador, poderão ser aproveitadas como emendas do relator.

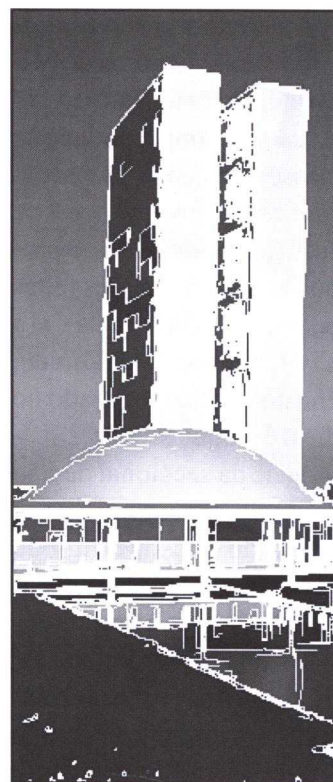
Audiências públicas

Para instruir os senadores na votação da reforma do Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu, dia 21, ouvir em audiência pública o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e os futuros presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal. Anteriormente, só estava prevista durante a convocação extraordinária audiência pública com o atual presidente do STF, ministro Maurício Corrêa.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), lembrou que a comissão vem cuidando da reforma do Judiciário desde o ano passado e que já realizou diversas audiências públicas sobre o tema, faltando apenas a vinda de Maurício Corrêa. Lobão destacou que a reforma estava pronta para

votação no plenário no ano passado, mas foi adiada para dar prioridade ao exame das reformas da Previdência e tributária.

“É a terceira vez que esse tema da reforma do Judiciário vem à CCJ”, destacou Lobão. O senador afirmou que a comissão vem cuidando do projeto há muito tempo e cuidadosamente. “Nenhum de nós deseja atropelar os prazos para justificar a convocação extraordinária, que aliás foi feita pelo Poder Executivo.” Lobão destacou que a reforma é fundamental para o País, uma vez que há grande morosidade na Justiça brasileira.



MERCADANTE DEFENDE PRIORIDADE PARA A VOTAÇÃO

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que a Casa deve dar absoluta prioridade à reforma do Poder Judiciário, aperfeiçoando e agilizando a aplicação da Justiça. “O próprio ministro do Supremo, argüido na Comissão de Constituição e Justiça, informou que só 25% da população têm acesso à Justiça; há processos que ficam parados 20 ou 30 anos e não são julgados”, afirmou.

Aloizio Mercadante disse acreditar que após as audiências que serão realiza-

das em fevereiro, a votação na Comissão poderá ser feita rapidamente. Em relação ao controle externo do Judiciário – tema polêmico da reforma –, o senador observou que a questão já foi amplamente debatida na Câmara dos Deputados e uma parte importante do Poder Judiciário considera que esse é um instrumento democrático legítimo. “É uma garantia da sociedade que ajudará a aprimorar esse poder, desde que o controle seja feito de forma respeitosa ao Poder Judiciário e não seja uma intervenção indevida.”

ANIVERSÁRIOS DE FEVEREIRO

2 Márcio do Nascimento	Aparec. de Goiânia	19 Myrthes de Almeida G. Marques	Goiânia
7 José Antônio de Sá	Trindade	20 Floracy Gomide Barreira	Aparec. de Goiânia
Marcelo Celestino de Santana	Anápolis	João Nunes Leite	Goiânia
8 Ângela Cristina dos Santos	Goianira	Rodrigo Félix Bueno	Corumbá
Terezinha de Jesus Paula Sousa	Caiapônia	21 Luiz Cláudio Veiga Braga	Goiânia
9 Keller D. Branquinho Adorno	Piracanjuba	22 Élvio Vicente da Silva	Itapaci
10 Ário Augusto de Brito	Goiânia	Fernando Gomes Rosa	Fazenda Nova
Evaristo Anania de Paula	Jataí	23 Abrão Amisy Neto	Goiânia
Maurício José Nardini	Goiânia	Maris Amado T. de Moura	Alto Paraíso
11 Norma Branco Ferreira da Silva	Goiânia	24 Deusivone Campelo Soares	S. L. de M. Belos
Sílvia M. A. A. R. Bortone	Caçu	25 Braz Gontijo da Silva	Goiânia
13 Vilanir de A. Camapum Júnior	Goiânia	26 Cláudia M. Rojas de Carvalho	Orizona
14 Edilberto Martins de Oliveira	Mossâmedes	Nestor Manoel de Souza	Goiânia
Villis Marra Gomes Pinheiro	Goiânia	Ruth Pereira Gomes	Goiânia
15 Arquimedes de Queiroz Barbosa	Itumbiara	27 Maria de Fátima Simão	Goiânia
18 Walmir Martinez Sanches	Anápolis	28 Vanusa de A. Lopes Andrade	Goiânia

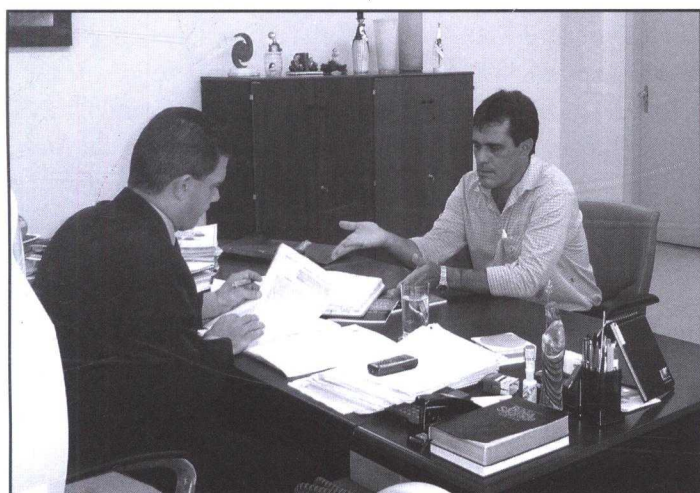


Foto: Cristiani Honório

MP RECEBE TERRENO PARA SEDE PRÓPRIA EM JUSSARA

O procurador-geral de Justiça substituto, Saulo de Castro Bezerra, e o prefeito de Jussara, Joaquim Alves de Castro Neto, assinaram, em 21 de janeiro, no gabinete da PGJ, escritura pública de doação de um terreno pela prefeitura ao Ministério Público para construção da sede da Promotoria de Justiça de Jussara. A área, de 400 metros quadrados, fica no Setor Beira Rio.

MANTENHA A SAÚDE EM DIA

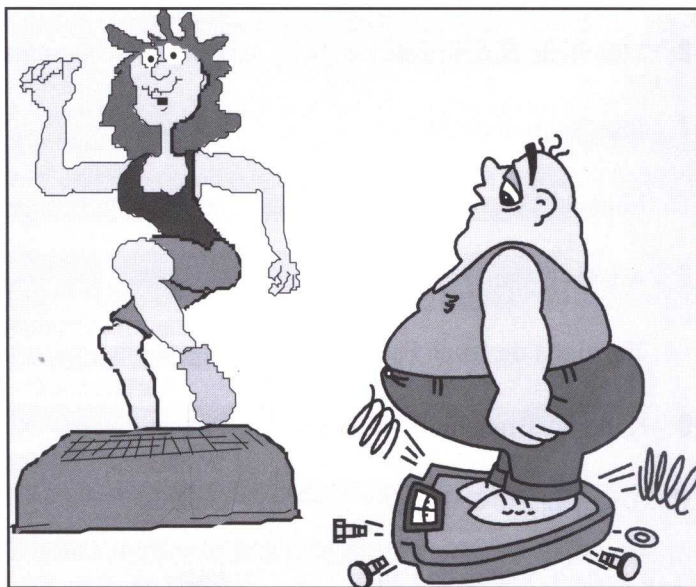
Saiba como entrar em forma sem correr riscos

Antes de fazer qualquer tipo de atividade física, é imprescindível passar por uma avaliação física completa. Uma boa academia deve contar com médico especializado em medicina esportiva para aplicá-los e, se você vai começar a fazer exercícios sozinho, converse com seu médico antes. Na avaliação física, além de perguntas sobre o seu histórico de saúde, é pedido um teste de resistência, feito na esteira com acompanhamento de equipamentos que medirão a sua capacidade respiratória e cardíaca. A avaliação física costuma ser dividida em teste de resistência e teste de força.

No caso do teste de resistência, dependendo da idade e da condição física da pessoa, é pedido que ela caminhe ou corra por alguns minutos na esteira com o acompanhamento de um equipamento que mede o número de batidas do coração. No teste de força, o avaliado usa alguns exercícios com pesos, levando-os ao máximo suportado pelo seu corpo. Depois dos 35 anos, o ideal é fazer um check-up completo antes de começar a fazer qualquer exercício. É importante saber se você tem algum problema cardiovascular ou nas articulações, para evitar que os exercícios, ao invés de benefícios, só piorem seu estado de saúde.

Ao fazer exercícios, é ne-

cessário ter bom senso. Faça alongamentos e aquecimento antes de começar e, ao final, repita a sessão de alongamento. Se começar a sentir dores em qualquer parte do corpo, consulte um professor - se estiver na academia ou no clube - ou um médico se estiver fazendo exercícios sozinho. Na dúvida, consulte um profissional ou procure orientação de um personal trainer, pelo menos para o primeiro mês de exercícios.



ERROS DE QUEM FAZ EXERCÍCIOS

Às vezes, o entusiasmo de quem acabou de se matricular em uma academia pode fazer com que o novo malhador exagere na dose. Um dos erros mais comuns é buscar resultados imediatos a qualquer custo. “Tem gente que passa cinco anos sem se exercitar e quer que em menos de um mês o corpo fique como se nunca houvesse parado de treinar”, comenta o personal trainer Marco Aurélio Viana.

Fique atento aos sinais de seu corpo. Aquela dorzinha depois dos exercícios é comum na primeira semana, mas, se persistir, pode mostrar que há algo errado, na carga ou na frequência. Outro erro apontado pelos especialistas é não se alimentar para treinar. Isso é mais comum entre pessoas que buscam redução de medidas.

“Não é porque você quer

emagrecer que tem de parar de comer ou comer muito pouco. Muita gente não sabe, mas quando se fica muito tempo em jejum ou comendo errado, o corpo passa a metabolizar massa magra, ou seja perder músculo”, ensina Marco Aurélio Viana. Por isso, é ideal seguir uma alimentação balanceada, que contenha todos os grupos de alimentos.

Ao contrário do que muita gente acredita, os carboidratos jamais devem ser cortados do prato, já que fornecem pelo menos 40% de toda a energia que o corpo humano precisa.

Anabolizantes e GH: perigo à vista

Eles são usados por alguns dos praticantes de musculação, mas são condenados por grande parte dos especialistas. São vendidos de forma

clandestina em muitas lojas e farmácias, e usados entre malhadores para garantir maior tônus muscular, aumentar a massa magra (queimar gorduras, no caso dos chamados fat burners).

Os anabolizantes são substâncias que potencializam os efeitos do exercício no corpo, recuperando as fibras musculares que foram anteriormente gastas ou danificadas durante a atividade. Entretanto, se usados de forma errônea, podem provocar não apenas retenção de líquidos e estrias, como também causam aumento da massa óssea e alterar as funções cardíacas, hepáticas e renais. Outro produto de uso controlado é o hormônio de crescimento, conhecido como GH. Ele é produzido pelo corpo até a adolescência, mas é usado por atletas e malhadores para “secar” o corpo.

MANTENHA A SAÚDE EM DIA

Exercícios também podem ser feitos em casa

Muitas pessoas que querem manter a forma, mas não têm tempo ou dinheiro para frequentar uma academia, podem aproveitar o tempo em casa ou na rua para fazer exercícios. O conselho da personal trainer Ana Paula de Oliveira Dutra é aproveitar os recursos disponíveis em casa para os exercícios. “O importante é ter criatividade e usar os recursos da própria casa. Não ter tempo ou dinheiro para frequentar uma academia não é desculpa para descuidar do corpo.” Entre as sugestões de exercícios caseiros de Ana Paula, estão o levantamento de peso, “que pode ser feito com sacos de arroz, feijão ou livros”, flexões e abdominais na sala e a troca de hábitos sedentários.

Coisas simples, como trocar o controle remoto da TV por uma levantada para trocar o canal e deixar o elevador de lado para subir ou descer alguns lances de escada, já podem fazer uma diferença significativa na vida das pessoas. “Quem pensa em se exercitar em casa tem que se afastar dos hábitos sedentários. Não é preciso paranóia, mas simples mudanças de hábitos”, diz a treinadora.

Outro conselho é deixar o carro na garagem em troca de alguns minutos, mesmo que poucos, de caminhada até a padaria, a banca de

revistas ou ao supermercado. “Caminhadas e corridas também são bons exercícios, mesmo para quem frequenta a academia.” O procedimento ideal para quem vai realizar exercícios em casa é começar com aquecimento e alongamento leves antes da atividade. Depois dos exercícios, uma

nova carga de alongamento é sempre bem-vinda.

No entanto, mesmo exercícios em casa requerem cuidados. O ideal é que a pessoa que quer começar a se exercitar faça uma consulta médica para a realização de um teste ergométrico, para saber se está apta a realizar os exercícios. A

pessoa também tem que ter um cuidado especial com a postura, para que a carga de exercícios não prejudique a coluna. “O mais importante de tudo é que cada pessoa respeite os seus limites. O ideal é começarmos com uma carga baixa de exercícios e aumentar conforme o pique de cada um.”

VANTAGENS DE FREQUENTAR UMA ACADEMIA

Depois de passar o ano inteiro usando a correria do dia-a-dia como desculpa para adiar a sua estréia nos exercícios, finalmente você decidiu entrar em forma da maneira mais “pesada”: entrando em uma academia. Antes de mais nada, avalie os seus objetivos. Quem quer perder peso, deve centrar suas opções entre as aulas que promovem maior gasto calórico. Essas são as atividades aeróbicas, como nadar, correr, pedalar e dançar, sempre praticando por mais de uma hora. A explicação fisiológica para isso é que a gordura só começa a ser queimada em atividades constantes.

Já para quem busca ganhar massa e definição muscular, as atividades anaeróbicas, como a musculação, são a melhor opção. “A musculação, mesmo que adaptada em novas aulas, como o body pump (ginás-

tica localizadas com pesos), ainda é o que mais funciona para quem quer ganhar massa”, aponta o personal trainer e professor Marco Aurélio Vieira.

Quantas vezes por semana?

De acordo com os especialistas, não há problemas em se exercitar todos os dias. Os músculos precisam de um tempo de descanso para poderem se desenvolver, por isso, o mais indicado é alternar atividades aeróbicas com anaeróbicas.

Mas a frequência ideal quem vai ditar é o seu corpo. Se você já está com um bom nível de condicionamento físico, monte um roteiro que misture vários tipos de atividades em níveis mais avançados. Agora, para quem ficou muito tempo sedentário e está retomando agora a atividade física, a primeira semana será o seu termômetro. As respostas que o corpo dar aos estímulos feitos pelos exercícios definirão a sua agenda física.

Fonte: www.saude.terra.com.br



Pah... bufeta



Foto: Murilo Spada

Os colegas Marta Morya e Paulo Ricardo Gontija Loyola são a corujice em pessoa. E motivos não faltam para o

casal. Em 26 de dezembro, na Maternidade Fêmina, nasceu Pedro Augusto, para alegria e encanto geral de pais e avós. Também Fernando Krebs com sua Ana Cristina estão uma corujisse só com o nascimento, em 4 de janeiro, também na Fêmina, da lindinha Isabela.



A VIDA TEM DESSAS COISAS

Nada foi combinado, mas o fato é que os colegas Deusdete Carnot Damascena e Divino Marcos de Melo Amorim, que chegaram em momentos bastante distintos, pareciam irmãos gêmeos na festa em comemoração ao Dia Nacional do Ministério Público. Pelo menos na roupa, já que as camisas de ambos eram da mesma padronagem e tecido. Brincadeiras não faltaram e, apesar da resistência inicial, eles aceitaram, com bom humor, posar para a fotografia.

NOVOS MÉDICOS

As colegas Édina Mamare de Melo e Maria Conceição Rodrigues dos Santos estão pra lá de felizes e profundamente orgulhosas com seus filhotes. E não é para menos. Em 16 de janeiro, Denise Mamare de Melo, filha de Édina e de Sebastião Teixeira de Melo, e Murilo Mascarenhas Nascente, filho de Ceiza e de Ivo de Paula Nascente, colaram grau em Medicina na Universidade Federal de Goiás. Aos novos médicos, nossos parabéns e os votos de uma profícua carreira.

Classificados

Alugam-se. Casa e apartamentos com vista panorâmica para o Oceano Atlântico em Nova Viçosa (BA). Casa de praia com 4 quartos, sendo uma suíte e ampla varanda, com capacidade para 13 pessoas. Apartamentos: 4 suítes amplas e independentes de frente para o mar (sobrado), com uma cama de casal, duas camas de solteiro, frigobar, TV, ar-condicionado, ventilador de teto, armário e varanda com rede. Praia praticamente particular, sem nenhum tipo de poluição, próxima à reserva marítima de Abrolhos. Tratar com Carla Fleury, e-mail fleuryfabio@brturbo.com ou pelos telefones (62) 275-8757, 9972-6447 ou 514-1222.

Aluga-se. Casa para temporada em Ilhéus (BA), com 3 suítes, 1 quarto, piscina e churrasqueira, ótima

localização e capacidade para 14 pessoas. Tratar com Paulo Martorini pelo telefone (62) 307-2128 ou pelo e-mail martorini@brturbo.com.

Aluga-se. Casa para temporada em Pirenópolis (região central) para quatro pessoas. Tratar com Sandra Beatriz, à noite, no telefone 281-0489.

Aluga-se. Flat para temporada e/ou feriado em Caldas Novas. Ótimo para descanso. Tratar com Sandra Beatriz pelo telefone (62) 281-0489, à noite.

Aluga-se. Apartamento de 3 quartos, com uma suíte, em Caldas Novas. Ampla área de lazer, com quatro piscinas de água quente, sauna, churrasqueiras, etc. Tratar com Orlandina pelos telefones (62) 317-2057 e 9995-6074.

Quer vender, alugar, trocar? Este espaço está aberto à participação de todos os associados. Basta enviar o texto de seu anúncio por fax ou por e-mail para a AGMP